



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**ATA DA TRICENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO, REALIZADA
NO DIA 25 DE ABRIL DE 2016**

1
2
3
4
5
6 Às oito horas e quarenta minutos, do dia vinte e cinco de abril de dois mil e
7 dezesseis, reuniram-se, no Auditório do Bloco Didático I da Universidade Federal
8 de Mato Grosso, os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal
9 de Mato Grosso, para realização da tricentésima décima primeira sessão ordinária,
10 sob a presidência da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, contando com a presença
11 dos conselheiros: Adnauer Tarquinio Daltro, Alberto Sebastião Arruda, Aldonso
12 Pereira da Silva, Analy Castilho Polizel, Antonia Marília M. Nardes, Amilcar S.
13 Damazo, substituindo Antonio José de Amorim, Arlindo de Almeida Neto, Áurea
14 Christina de Paula Corrêa, Daniela de Oliveira Maionchi, Elena da C. Brito,
15 Elisabeth Aparecida Furtado de Mendonça, Evando Carlos Moreira, Gisela Soares
16 Brunken, Imar Domingos Queiroz, Irene Cristina de Mello, Javert Melo Vieira,
17 Joanis P. Zervoudakis, João Bosco P. S. Cajueiro, Josiel Maimone Figueiredo,
18 Léia de Souza Oliveira, Leny Caselli Anzai, Luis Fabrício Cirillo de Carvalho,
19 Marcos André de Carvalho, Martinho da Costa Araújo, Paulo César Corrêa da
20 Costa, Paulo Sergio Moreira, Rachel Cruz Alves, Ricardo Lopes T. de Andrade,
21 Rosevaldo de Oliveira, Sérgio Luiz M. Magalhães, Tânia Regina Kinasz Oliveira,
22 Valéria Calmon Cerisara, Vera Lúcia Bertoline, e Zenésio Finger, sendo justificadas
23 as ausências dos conselheiros: Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa, Roberto
24 Boaventura Silva Sá, Rubem José de Menezes e João Carlos de Souza Maia,
25 tendo como convidadas as servidoras da PROPLAN Rubiane Prado Schoenherr e
26 Stefânia Graciano Oliveira Campos. Iniciando a sessão, a Presidente
27 cumprimentou os presentes e passou a palavra à conselheira Elisabeth A. F.
28 Mendonça para apresentação do Relatório de Gestão do exercício de 2015, tendo
29 a conselheira Elisabeth informado que o Relatório de Gestão do Exercício de 2015
30 da FUFMT foi elaborado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº
31 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015
32 e liberado da apresentação da prestação de contas que é acompanhada via
33 sistema. Seguindo, passou a palavra à Gerente de Planejamento Universitário,
34 servidora Rubiane Prado Schoenherr, a qual destacou os indicadores do TCU, com
35 os índices do número de professores equivalentes, com peso conforme regime de
36 trabalho docente, num total de 1747 docentes, números de alunos da graduação,
37 da pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos do mestrado e doutorado, alunos
38 da residência médica, número de alunos equivalentes na Graduação, do custo
39 corrente com o HU, CAPES, número de funcionários equivalentes, taxa de sucesso
40 na graduação, entre outros. A servidora Rubiane destacou, também, os Resultados
41 dos Indicadores da Decisão TCU 408/200, apresentando os resultados dos anos
42 de 2011 a 2015, demonstrando 11,21 índices aluno/ professor equivalente em
43 2015; Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente, 9,49; e Taxa de Sucesso na
44 Graduação 42%; Conceito CAPES 3,47; Índice de Qualificação do Corpo Docente,
45 3,89. Após a apresentação dos dados, a Presidente destacou que esse relatório
46 servirá de base para o planejamento de 2017, que solicitou a análise dos dados,
47 como exemplo o alto índice da taxa de retenção, o baixo índice de diplomação em

60k *+*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



48 função da greve, ponderando sobre a necessidade dos diretores dos institutos e
49 faculdades, que são gestores de suas unidades acompanhar e analisar a evasão
50 e retenção. Seguindo, a Presidente manifestou sobre a necessidade de se pensar
51 em propostas para ampliar o orçamento através de projetos para arrecadar
52 recursos e de esforço para ampliar as vagas dos cursos de graduação em 2017. A
53 conselheira Imar Domingos manifestou acerca da evasão, que deve ser debatida
54 pelos docentes, direção dos institutos e faculdades e reitoria, ressaltando que a
55 evasão é um problema da universidade brasileira e maior em determinadas áreas
56 e ponderou que está não é uma situação simples e deve ser debatida com
57 profundidade. A conselheira Vera Lucia Bertoline discordou sobre o ranqueamento
58 apresentado visto que cada universidade tem suas dificuldades e característica.
59 Disse que a UFMT deve se preocupar com a entrada e saída do aluno e também
60 com o perfil do aluno, mercado do trabalho e propôs uma reunião para discutir
61 alternativas sobre evasão dos alunos, entre outros. A Presidente esclareceu que
62 as metas apresentadas são do TCU, que acompanha a aplicação dos recursos
63 públicos. Agradeceu o trabalho da PROPLAN, informando que a UFMT está com
64 todas as contas aprovadas e registrou o número de alunos assistidos com bolsas
65 e entende que a universidade deverá discutir se continuará subsidiando a refeição
66 a R\$ 1,00 com recursos do custeio. Prosseguindo, colocou em apreciação a ata da
67 tricentésima décima sessão, enviada por e-mail, que foi aprovada, sem emendas,
68 com 27 votos favoráveis e oito abstenções. A seguir, a Presidente passou a palavra
69 ao conselheiro Zenésio Finger para apresentação do voto do pedido de vistas ao
70 Processo nº 07/2016 – que dispõe sobre pedido de manifestação do CONSUNI
71 sobre a conjuntura política e econômica do país, com relato exarado em quatro
72 laudas e propõe a designação de uma comissão, constituída pelos três segmentos
73 da comunidade universitária, que junto aos seus pares buscarão contribuições
74 para redigir um documento em defesa da democracia, respeitando as instituições
75 e as leis do Brasil, com ênfase ao princípio da universalidade, da liberdade de
76 expressão, da diversidade cultural, religiosa, social, e das mais variadas formas de
77 manifestação da diversidade. Em seguida, a Presidente apresentou o relato de
78 vistas do conselheiro Roberto Boaventura sobre o processo nº 11/2016-CONSUNI
79 que dispõe sobre pedido do SINTUF sobre manifestação a respeito da atual
80 conjuntura política e econômica do país, cujo relato exarado em duas laudas,
81 apresenta a deliberação do IL no sentido que a UFMT, nesse momento, não deve
82 apresentar nenhuma nota pública sobre a conjuntura nacional do país. Em
83 seguida, a conselheira Léia Oliveira concordou com o relato do conselheiro
84 Zenésio para discutir o tema e tomar uma posição consciente, salientando que a
85 decisão do Sintuf foi aprovada em assembleia, entendendo que a Universidade
86 não é uma ilha e deve ter uma posição clara sobre o momento político. A
87 conselheira Léia observou também, que a história da universidade se confunde
88 com a luta pela democracia nesse país, contra a ditadura e manifestou sua
89 contrariedade e surpresa sobre a visão do conselheiro Roberto Boaventura e
90 concorda com o conselheiro Zenésio Finger de constituir uma comissão para
91 aprovar uma posição deste Conselho em defesa da democracia. A conselheira
92 Vera Bertoline lamentou a decisão do Instituto de Linguagens, teceu considerações
93 sobre a sociedade apartada em que vivemos, também por gêneros e ressaltou que
94 não aceita que o CONSUNI se cale nesse momento, defendendo que a nota da

ere

4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



95 ANDIFES seja referendada por este Conselho Universitário. A conselheira Imar
96 Domingos também manifestou sobre a situação do país, lembrando que a
97 universidade nunca foi um consenso, mas as discussões asseguram avanços.
98 Historicamente a sociedade é excludente e defendeu que este CONSUNI deve se
99 manifestar. Em continuidade, o conselheiro Arlindo de Almeida Neto manifestou
100 que é um erro apontar um possível golpe, visto que a constituição prevê o processo
101 de impeachment e leu o artigo do estatuto da UFMT, que estabelece que o Consuni
102 é um órgão deliberativo sobre matéria administrativa, econômica, financeira e de
103 desenvolvimento de pessoal, de forma que não delibera sobre política e
104 argumentou contrário ao posicionamento do Consuni, sobre a matéria. A
105 Presidente Maria Lucia Cavalli Neder argumentou que o CONSUNI é o espaço de
106 discussão das políticas públicas do ensino superior e que todo espaço é político,
107 salientando que a democracia é um dos pontos do seu plano de trabalho, por isso
108 na sua gestão, preza pelos espaços democráticos na instituição, citando os
109 Colegiados de Curso, Congregações e Conselhos Superiores, envolvendo um total
110 de quase duas mil pessoas decidindo políticas. Ressaltou que a democracia é a
111 divergência de ideias, onde a maioria decide e por isso afirma que este Conselho
112 deve manifestar-se pela defesa da democracia plena desse país. Após ampla
113 discussão, a Presidente colocou em votação se este Conselho se manifestará,
114 nesse momento, o que foi aprovado com 33 votos favoráveis e uma abstenção.
115 Em continuidade, a Presidente colocou em votação as seguintes propostas: 1)
116 proposta do conselheiro Zenésio Finger de constituir uma comissão para
117 elaboração de nota em defesa da democracia, que recebeu 07 (sete) votos
118 favoráveis; e a 2) proposta da conselheira Vera Bertoline de referendar a Nota da
119 ANDIFES, que foi aprovada com 28 votos favoráveis, consubstanciando a Decisão
120 06/2016 – CONSUNI. Prosseguindo a pauta, o conselheiro João Bosco Cajueiro
121 apresentou o relato da conselheira Eliane Maria de Miranda sobre o Processo nº
122 08/16-CONSUNI, que dispõe sobre a aprovação do plano de capacitação e
123 desenvolvimento humano do exercício de 2016, cujo voto favorável foi aprovado,
124 consubstanciando a Resolução CONSUNI Nº 08/16. A seguir, a conselheira Tânia
125 Regina Kinasz Oliveira relatou o Processo nº 09/15 – CONSUNI, que dispõe sobre
126 proposta de criação do Núcleo de Pesquisa MINGA: Constitucionalismo
127 Democrático Latino-Americano, novas intersubjetividades e emancipação social,
128 cujo voto favorável à criação, foi aprovado, por unanimidade, consubstanciando a
129 Resolução CONSUNI Nº 10/16. A seguir, a conselheira Áurea Christina de Paula
130 Corrêa relatou o Processo nº 10/16-CONSUNI, que dispõe sobre relatório técnico
131 do Núcleo de Estudos da Biodiversidade da Amazônia Mato-Grossense – NEBAM,
132 registrando em seu voto que a produção do Núcleo demonstra o cumprimento dos
133 objetivos de um núcleo de atividades acadêmicas, assim como, do plano de
134 trabalho 2016/2017, que aponta no sentido de incorporar novos pesquisadores e
135 prosseguir com investimentos em estudos da área da biodiversidade da Amazônia
136 Mato-grossense, dessa forma vota favorável a à aprovação do relatório, que em
137 votação foi aprovado por unanimidade, conforme Resolução CONSUNI Nº 09/16.
138 Prosseguindo, a Presidente retirou de pauta o Processo nº 16/15-CONSUNI, de
139 interesse de Pedro Pinto, que dispõe sobre recurso contra decisão nº 21/2014
140 exarada nos autos nº 23108.075638/2015-96, devido à ausência do relator
141 conselheiro Saul Tibaldi. O conselheiro Martinho da Costa Araújo solicitou cópia

etc



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

142 da manifestação da PGF, sobre a matéria. Em informes, a conselheira Vera
143 Bertoline convidou a todos para participarem da reunião ampliada para criação do
144 Núcleo Brasil Popular. Continuando, a Presidente destacou o encaminhamento ao
145 Congresso Nacional da proposta de criação da Universidade do Cerrado. Informou
146 também, sobre a reunião da ANDIFES que discutiu a conjuntura nacional e o
147 orçamento para o encerramento desse ano letivo, buscando garantir o orçamento
148 destinado a educação nos últimos 12 anos, para não ter problemas de
149 continuidade. A conselheira Tânia Regina Kinasz manifestou sobre os resultados
150 do relatório de avaliação das atividades docentes e solicitou cópias. A Presidente
151 informou que o relatório foi apresentado no CONSEPE e está à disposição na
152 Auditoria Geral. Nada mais havendo a ser dito e nem tratado, a Presidente
153 encerrou a sessão, sendo lavrada esta ata por mim, Elenir Motta Sanches Arruda,
154 Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores, que a escrevi e subscrevi, após lida
155 e aprovada pelo Plenário do Conselho Universitário.